XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

# CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO: SABERES, PRÁTICAS E DESAFIOS ASSISTENCIAIS

**Maria Fernanda Rodrigues Ventura[1], Grazielly Vidal de Castro[2], Leonardo Luís Pinheiro Alves[3], Rachel Cardoso de Almeida[4]**

**Resumo:** O planejamento reprodutivo assegura a livre decisão sobre o desejo de ter ou não ter filhos, e o acesso a métodos contraceptivos seguros. No Brasil, embora a prevalência do uso de contraceptivos entre mulheres em idade fértil atinja 83,7%, observa-se uma elevada e desproporcional adesão à Contracepção de Emergência (CE) por populações jovens, como adolescentes (37,9%) e universitários (51,1%). Contudo, a CE é frequentemente utilizada de forma profilática e rotineira, e não como medida excepcional, expondo as usuárias a falhas contraceptivas e riscos à saúde. Identificar mediante a literatura científica, os saberes e as práticas quanto ao uso da contracepção de emergência, identificando seus impactos, lacunas informacionais e desafios assistenciais no âmbito do planejamento reprodutivo. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo. A busca bibliográfica foi realizada nas bases SciELO, LILACS, BVS e acervos do Ministério da Saúde. Foram incluídos artigos originais e de revisão em português que abordassem as práticas, conhecimentos e dados epidemiológicos sobre a CE, submetidos à análise interpretativa. Após a análise, 16 artigos foram encontrados e 4 foram incluídos no trabalho. Os achados apontam um paradoxo de que, apesar do amplo conhecimento superficial sobre a existência da CE, persistem lacunas técnicas quanto à janela de eficácia (até 72 horas), posologia e efeitos colaterais. As principais motivações para o uso do método incluem a não utilização de métodos de barreira, falhas no uso dos anticoncepcionais orais e a insegurança quanto ao método de rotina. Estudo empírico revelou que apenas 11,9% das entrevistadas receberam orientação profissional prévia sobre o uso da CE, evidenciando uma falha na disseminação de informações pela equipe de saúde. Notou-se, ainda, a associação entre o uso da CE e a sexarca na adolescência, reforçando a necessidade de intervenções educativas precoces. A partir dos estudos econtrados, evidencia-se uma lacuna observada frente a prática correta da contracepção de emergência. A utilização recorrente do método reflete fragilidades na assistência e no acompanhamento contínuo do planejamento reprodutivo. Torna-se indispensável a atuação da equipe de enfermagem e demais profissionais de saúde por meio de ações de educação em saúde integradas, promovendo a disseminação de informações científicas e seguras tanto na Atenção Primária quanto em outros ambientes da sociedade.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: mafee.rodrigues@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: Grazielly.vidal@urca.br
[3] Universidade Regional do Cariri, email: leonardo.alves7@urca.br
[4] Universidade Regional do Cariri, email: rachellcardosoo@gmail.com

**Palavras-chave:** Contracepção de emergência. Planejamento reprodutivo. Gravidez indesejada. Métodos contraceptivos.

## 1. Introdução

O Ministério da Saúde define o planejamento reprodutivo como ações que permitem livre arbítrio sobre a decisão de ter filhos, quantos desejam e o momento, considerando seus desejos sexuais e reprodutivos. Essa informação inclui o acesso à informações sobre contracepção, como uso de métodos contraceptivos, serviços de saúde e respeito a sua autonomia individual e as diferentes necessidades reprodutivas.

No Brasil, o uso de métodos contraceptivos representa um importante componente no planejamento reprodutivo e na prevenção da gravidez indesejada. A prevalência do uso de contraceptivos em mulheres em idade fétil (15 a 49 anos) foi de 83,7%, destacando-se a pílula anticoncepcional (40,6%), método de barreira externo (17,3%) e contraceptivos injetáveis (9,8%). Entretanto, a Contracepção de Emergência (CE) apresenta expressiva adesão entre populações mais jovens, sendo utilizada por 37,9% dos adolescentes e 51,1% dos estudantes universitários, que frequentemente a empregam de forma exclusiva, sem a associação a métodos regulares (Araújo, Abreu e Felisbino-Mendes, 2023; Borges et al, 2010; Sousa et al, 2024).

Anticoncepção de emergência, popularmente conhecida como pílula do dia seguinte, é indicada apenas para casos de emergência não devendo ser utilizada de forma rotineira. Sua recomendação pode acontecer em falhas de métodos, relação desprotegida, ou em casos de abuso sexual, mas também se deve atentar com recomendações para garantir sua eficácia, como o uso no tempo correto (até 72horas). O uso inadequado desse método, pode resultar na queda de sua eficácia, como também em problemas na saúde da usuária (Borges et al., 2010).

No Brasil, assim como em outros países de baixa e média renda, a maioria das gestações acontecem antes do uso de qualquer método contraceptivo, revelando a falta de acesso à contracepção eficaz e as informações em tempo oportuno, principalmente na adolescência. Dessa forma, a falta de educação em saúde ocasionado pela falta de procura, problemas socioeconômicos e educacionais influenciam no comportamento contraceptivo, incluindo a escolha do método mais adequado a sua necessidade (Araújo, Abreu e Felisbino-Mendes, 2023).

Apesar do amplo acesso de métodos contraceptivos contínuos ou de longa duração, observa-se que a contracepção de emergência ainda é frequentemente utilizada como recurso primário e profilático no planejamento reprodutivo, e não como medida excepcional. Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: de que maneira a literatura descreve as lacunas de conhecimento e prática influenciam no uso inadequado da CE e na eficácia do planejamento reprodutivo?

Este trabalho tem como objetivo identificar mediante literatura científica, os saberes e práticas quanto ao uso do CE, apontando seu impacto, lacunas e desafios no âmbito do planejamento reprodutivo. O estudo justifica-se por sua relevância multiprofissional, visto que o uso inadequado desse método pode proporcionar danos na

saúde do usuário, como também diminuir a eficácia das ações de saúde sexual e reprodutiva.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo, tendo em vista a interpretação de estudos acerca da temática proposta. O percurso metodológico incluiu a busca pelos artigos nas bases de dados SciELO, LILACS, BVS e dados do Ministério da Saúde. Foram utilizados os descritores DeCS: “Anticoncepcionais Pós-Coito”, "Anticoncepcionais de Emergência” e “Planejamento Familiar” combinados com o operador booleano AND e realizada a triagem de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Foram identificados 16 artigos durante o levantamento bibliográfico. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos originais e de revisão publicados em português, com texto completo disponível na íntegra, que abordassem o uso de métodos contraceptivos, com ênfase na contracepção de emergência, além de pesquisas de coleta de dados que analisassem os conhecimentos e as práticas das mulheres sobre o tema. Foram excluídos os artigos duplicados e aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Após a análise, cinco artigos foram selecionados e incluídos no trabalho. A análise dos documentos selecionados foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, com a comparação e a integração das informações, buscando identificar os principais aspectos relacionados ao conhecimento e às práticas de mulheres sobre a contracepção de emergência.

## 3. Resultados

No cenário contraceptivo brasileiro, encontramos uma prevalência global no uso de contraceptivos em mulheres de idade fértil, com predomínio das pílulas orais de uso contínuo e métodos de barreira. Entretanto, também observa-se uma dependência desproporcional da CE entre público jovem, em específico adolescentes e universitários, expressando como o método tem sido associado como recurso primário e rotineiro e não uma conduta de exceção (Araújo, Abreu e Felisbino-Mendes, 2023; Borges et al, 2010; Sousa et al, 2024).

A escolha contraceptiva pode ser influenciada pelo nível de conhecimento da usuária, do tipo de relação afetiva estabelecida e também sua faixa-etária. Relações instáveis ou eventuais podem favorecer o desuso dos métodos de rotina e a substituição indevida dos métodos de barreira pela contracepção de emergência, principalmente diante de falhas no planejamento (Borges et al., 2010).

Em estudo realizado por Barbian et al. (2021), constatou-se que as principais motivações para a adoção da CE foram a não utilização de métodos de barreira, o uso incorreto de anticoncepcionais orais e a insegurança quanto à eficácia do método de rotina, evidenciando uma carência de informações sobre o mesmo. Somado a isso, apenas 11,9% das entrevistadas relataram ter recebido orientações profissionais prévias

sobre o uso adequado do método emergencial, inclusive em esquemas posológicos de dose dupla.

Os autores ressaltam que apesar de praticamente todas as entrevistas conhecerem o CE, isso não equivale a correta compreensão sobre a técnica correta de aplicação, tendo em vista sua janela de uso, possíveis efeitos colaterais, ações que podem anular o efeito e quantidade saudável de uso. Dessa forma, o estudo associa esse desconhecimento com a disseminação incompleta de informações por profissionais da saúde, apresentando uma fragilidade em chegar no público alvo de sua eficiência na educação e saúde.

Foram identificadas lacunas no conhecimento do método, expondo as mulheres usuárias à desproteção e podendo ocasionar uma gravidez indesejada ou prejudicar a sua saúde reprodutiva com a exposição alta de hormônios. A análise multivariada permitiu identificar o uso do método de emergência com a primeira relação sexual no período da adolescência, relacionando a importância de ações de caráter educativo para abordar o assunto de forma precoce, durante o ensino fundamental e médio (Barbian et al., 2021).

Considerando que a educação em saúde é um agente de transformação social, o esclarecimento acerca dos métodos contraceptivos, em ênfase no de emergência, é fundamental para garantir a saúde e planejamento reprodutivo da população. Dessa forma, esses métodos quando usados de forma racional, são importantes ferramentas para reduzir a ocorrência de intercorrências e riscos à saúde dos usuários, reforçando sua importância de aplicação em práticas assistenciais.

## 4. Conclusão

O estudo evidencia que, embora existam discussões sobre a contracepção de emergência, persistem lacunas quanto a sua aplicação correta, janela de uso, posologia e potenciais efeitos à saúde. O seu uso recorrente e profilático, principalmente em pessoas jovens, reflete na falta de adesão assistencial em ensinar o uso adequado do método, bem como sua eficácia dentro do planejamento reprodutivo.

Portanto, a intervenção de enfermagem se mostra indispensável no processo de mitigar os impactos no uso inadequado dos métodos contraceptivos, bem como na execução de educação em saúde para propagação de conhecimentos verídicos sobre a aplicação e manejo. Dessa forma, deve-se investir em ações em Unidades Básicas de Saúde, como também em instituições que abrangem o público mais jovem, como escolas e universidades.

## 5. Referências

ARAÚJO, Fernanda Gontijo; ABREU, Mery Nataly Silva; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Mix contraceptivo e fatores associados ao tipo de método usado pelas mulheres brasileiras: estudo transversal de base populacional. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 8, e00229322, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT229322. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csp/a/tkJZ6KxbwckZ6ykhv7YkBBM/?lang=pt. Acesso em: 21 out. 2026.

BARBIAN, Julia et al. Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 55, art. 74, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003076. Acesso: 21 out. 2026

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 21 out. 2026.

BORGES, Ana Luiza Vilela et al. Práticas contraceptivas entre jovens universitários: o uso da anticoncepção de emergência. Cadernos de Saúde Pública, v. 26, n. 4, 2010. DOI:https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000400023 Disponível em:https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/4357/8874

SOUSA, Marco Aurélio de et al. Fatores individuais, familiares e comunitários associados ao uso de contracepção de emergência por adolescentes escolares brasileiros. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 11, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT148323. Disponível em: https://scielo.br/j/csp/a/ZkykJ64xCZBBVdGvKZWmnhm/. Acesso em: 21 out. 2026.